



A Criança e o Mundo Exterior: Onde está o Adulto?¹

David Figueirôa²

IARPP Portugal, APPSI³

Figueirôa inspira-se nos trabalhos de Donald Winnicott sobre “A Criança e o Mundo Exterior”, para reflectir sobre as “crises” nas crianças e nos adolescentes e na “crise” nos adultos do “mundo exterior” à família. Evidenciam-se as dificuldades e as distorções na atitude dos adultos para com os jovens. O “mundo exterior” não se transforma em “mundo interior” se não se constrói um relacionalmente implicado pelo adulto, com compreensão das necessidades e movimentos relacionais dos jovens e da assunção das responsabilidades pelo adulto.

Palabras clave: Delinquência, mundo exterior, adulto-suficientemente-bom, regulação relacional, esperança.

Inspired by the work of Donald Winnicott's "Child, the Family and the Outside World" Figueirôa reflects on the "crisis" in children and adolescents, and the "crisis" in adults of the "outside world". He highlights the difficulties and distortions in the attitude of adults towards youth. The "outside world" does not turn into "inner world" if an implicated relationship is not constructed by the adult based upon the understanding of the needs and relational movements of youth and the acceptance of responsibility by the adult.

Key Words: Delinquency, outside world, good-enough adult, relational regulation, hope.

English Title: The Child and the Outside World: Where's the Adult?

Cita bibliográfica / Reference citation:

Figueirôa, D. (2014). A Criança e o Mundo Exterior: Onde está o Adulto? *Clínica e Investigación Relacional*, 8 (2): 481-488 [ISSN 1988-2939] [Recuperado de www.ceir.org.es]

Introdução - Perder a cabeça

Um paciente, um homem nos seus cinquenta, bem-sucedido profissionalmente, pai de um casal de adolescentes ditos “difíceis”, um dia entrou esbaforido no consultório e, ainda antes de se sentar, diz “Dr., perdi a cabeça, dei uma tarefa ao meu filho... Estou farto de tantas mentiras, é um preguiçoso, um indigente, não faz nada da vida, o que é que ele quer? Dei-lhe uma sova, espanquei-o... Perdi a cabeça... Estou sem cabeça”.

Deixemo-lo um pouco, enquanto, visivelmente transtornado, se senta, no consultório.

I. Nós, em crise

O que significa perder a cabeça? O sentido implícito na situação descrita é perder o controlo. Face à atitude do filho, abriu-se no pai uma brecha de impotência, por onde irrompeu a acção agressiva. Dizemos que perdemos a cabeça quando as nossas acções se realizam rompendo o nosso controlo, a nossa vontade consciente, o nosso domínio emocional – e onde se rompera já o sentido das coisas (“o que é que ele quer?”, perguntara o pai).

A imagem empregue na situação revela, naturalmente, uma certa desproporção entre a acção (a surra) e o seu equivalente imagético (perder a cabeça). Isto porque estamos perante uma imagem que exprime, mais do que a acção, um sentimento, no caso, um sentimento extremo. A imagem organiza-se como uma metáfora que representa uma *vivência emocional*.

Estamos, portanto, em plena dimensão simbólica. “Perder a cabeça” reflecte, paradoxalmente, a falência do acto simbólico, o acto realizado “sem cabeça”, “sem pensamento”, onde o sujeito sente que perdeu também a palavra comunicante e emergiu, no seu lugar, a reacção intempestiva e a força bruta. Ao mesmo tempo, a utilização da imagem metafórica revela em si mesmo a sobrevivência do acto simbólico e a recuperação do pensamento, ou, pelo menos, de uma sua base de sustentação.

O que queremos aqui dizer é que o pensamento que, por via da vivência emocional, ficou momentaneamente esvaziado de conteúdo e que cedeu à acção em “curto-circuito”, é recuperado, numa primeira instância, através da própria metáfora *elaborativa* sobre a acção (“perdi a cabeça”), como os sonhos que sonhamos e que põem em imagem e em processo onírico o que antes carecia de representação e pensamento.

Esta dimensão elaborativa da experiência do sonho ou do uso da imagem ou da metáfora “onírica”, abre caminho ao processo elaborativo consciente, como sucede tantas vezes na psicoterapia analítica. Aliás, não só o sonho e a palavra têm valor elaborativo, por vezes, também o tem a própria acção não-pensada, muito frequente na criança e no adolescente. Acção que é, tantas vezes, erradamente in-compreendida como *acting-out*, como falha do

pensamento, quando ela é, muitas vezes, um movimento expressivo e já pré-elaborativo, na medida em que espelha uma realidade interna desconhecida que procura ser compreendida, que se destina a ser significada e pensada *pelo* adulto ou *com* o adulto.

Esta primeira linha de reflexão leva-nos, então, para uma *primeira nota*: a importância da expressão onírica, dramática e verbal, pré-simbólica e simbólica, para a esteira elaborativa e evolutiva, perante a crise (e para a sua prevenção). Expressão também de um si-próprio que se faz *relacional*, que se projecta para o outro, no contexto da família, do consultório, da sala de aula... Ou também, noutra esfera e perante outras crises, no contexto de um congresso como o presente.

Expressão e relação são essenciais para a criança, mas não menos essenciais para o adulto que pretende pensar e comunicar para evoluir e cuidar melhor da criança e do adolescente sobre quem tem responsabilidades.

Sublinhamos aqui, portanto, o valor da expressão *na* relação - como factor elaborativo e preventivo da crise ou da ruptura psíquica, na criança e no adolescente, mas também da crise do adulto e dos seus paradigmas, como as que se revelam na saúde mental, no desenvolvimento e na educação. Aí parece haver demasiada confusão e incompreensão sobre o jovem e sobre o que nos é exigido enquanto bons pais, cuidadores, professores, tutores, mediadores, psicólogos, psicoterapeutas, a nós, representantes do mundo exterior da criança e do adolescente. Nós, também, em crise.

II. Por novos operadores de compreensão

Quantas vezes não perdemos a cabeça, em “curto-circuito” que nos precipita ou bloqueia, sob diferentes formas e intensidades? Quantas vezes não nos sentimos a perder o discernimento, a compreensão ou a capacidade de pensar, o que nos leva à confusão, à impotência, à frustração, à exasperação, ao evitamento, sob formas mais ou menos evidentes ou subtis? E quantas vezes isso não acontece precisamente na relação com as nossas crianças? Com filhos, alunos, mesmo com os nossos pacientes? E, portanto, em situações de enorme responsabilidade e exigência.

Claro, os miúdos são um inferno! Como o filho do meu paciente: mentiroso, preguiçoso, indigente, que a única coisa que quer fazer na vida é não fazer nada – isto na perspectiva paterna. Mas admitamos que assim é, ou melhor, que assim fosse - há muitos jovens que nos parecem mesmo assim. Desde logo os bebés que “nos moem a cabeça” com choros, as crianças com “birras sem sentido”, os meninos irrequietos “porque não conseguem estar parados”, os adolescentes com provocações e desrespeitos que nos “testam a paciência até ao infinito” ou mesmo delinquentes e violentos, cada vez mais violentos. Como pode um rapaz bater na professora, por exemplo, como pode um grupo de rapazes ou raparigas serem tão cruéis com as suas vítimas de *bullying*? Como pode um grupo de 4 rapazes violar uma

colega, como aconteceu recentemente? Isto não nos diz respeito? É um problema estrito da educação familiar ou algum déficit cognitivo-comportamental ou emocional e *ponto final*? Sabemos e sentimos que não é assim, que somos interpelados, na nossa área de intervenção e responsabilidade a compreender melhor e a fazer melhor, como adultos, como elementos do meio envolvente. O que está por detrás disto? O que é suposto fazer? O que é preciso saber? O que é que se passa?

O bloqueio ou o “curto-circuito” na resposta do adulto será, sobretudo, um efeito da falta de respostas e da falta de espaço na sua mente para estas questões, para a compreensão da criança e dos seus movimentos e sentidos. Ou, mais grave, activa-se uma avalanche de pseudo-respostas dos técnicos dos diagnósticos da hiperactividade, do déficit de atenção, da síndrome de asperger, da delinquência e das medicações milagrosas e criminosas com que os adultos responsáveis respondem irresponsavelmente a problemas que, verdadeiramente, não compreendem nem se esforçam por tal... Técnicos suposto-saber que entregam a sua própria cabeça às farmacêuticas, às modas, à ignorância, ao comodismo, e se fazem substituir por medicamentos e trocam a compreensão do outro pelo diagnóstico estupidificado e estupidificante.

Um exemplo ilustrativo, entre muitos possíveis: um rapaz de 13 anos, na primeira sessão comigo, apresenta-se, assim: “sou o Xico, tenho um déficit de atenção” e aponta para a cabeça. Conta que não consegue estar quieto na sala de aula, distrai-se com tudo, tem más notas, não consegue estudar, não faz nada bem, não gosta da escola. No meu gabinete, enquanto me conta isto, não pára quieto, sempre em movimento, nem fixa o olhar, como que a mostrar-me o que acabara de dizer. Pergunto-lhe, depois da sua desvalida apresentação: “Mas, então, o que é tu gostas de fazer?”. Algo surpreendido, responde: “Gosto de jogar andebol, fui campeão o ano passado, também gosto de jogar consola, quando me deixam fico horas a fio, nem tiro os olhos do ecrã”. “Nem tiras os olhos do ecrã, tão concentrado ficas...” e acrescento, firmemente: “Não tens déficit nenhum”. Ele pára e olha para mim nos olhos, surpreso... Percebemos os dois que podemos conversar e talvez entendermo-nos.

Ora, onde é que está o déficit, senão na cabeça dos adultos que produzem e receitam estes diagnósticos e medicamentos em série para crianças... E que, verdadeiramente, se retiram quando seriam por vezes o último reduto da esperança de compreensão e apoio por parte de uma criança ou jovem em risco ou em crise, num mundo ele próprio em crise e tantas vezes de risco para quem nele ainda há pouco tempo entrou.

Sabemos, na psicologia e na psicanálise, o quanto o olhar da mãe, do pai, do adulto cuidador, informa a representação identitária de uma criança. E tão pouco nos questionamos sobre o nosso próprio olhar “deficitário” (ou, no polo oposto, pseudo-elogioso) sobre as crianças e jovens com quem nos relacionamos, convocando “défices e defeitos” onde estão apenas instabilidades, dificuldades ou desconhecidos (ou, no outro pólo, convidamos falsas

virtudes e falsos afectos e facilidades).

Há, portanto, a necessidade de novos operadores de compreensão das crianças e dos adolescentes, nos seus diversos contextos e mundos relacionais em movimento. Perante a óbvia falência dos sistemas familiar, educativo e social para promover desenvolvimentos saudáveis de crianças e jovens que possam vir a ser adultos capazes de assumir a responsabilidade de cuidar de si e de vir a cuidar e educar com segurança novas crianças e jovens. Desejavelmente, com prazer e gosto pela vida e por essa responsabilidade.

A *segunda nota* deste texto é, pois, a da necessidade de uma nova compreensão das crianças e jovens e das nossas próprias responsabilidades face aos mesmos, na família e no mundo exterior. Pais, professores, psicólogos, médicos, psicoterapeutas, assistentes sociais, responsáveis nas instituições de acolhimento e de apoio social e nas comissões de protecção de menores, polícias, juízes, políticos, jornalistas, etc. O que é ser, hoje, o adulto de que a criança precisa? E quais os melhores contextos para o desenvolvimento e educação das crianças?

Não está tudo mal, há coisas muito boas, mas está muita coisa muito mal e cumpre-nos a todos fazer melhor e exigir mais.

III. Uma inspiração renovada: Donald Winnicott

Mas que necessidades e exigências são, então, essas, as das crianças face ao adulto, face ao mundo envolvente? – Abordaremos aqui, de forma meramente exploratória esta questão, e a mais não iremos nesta comunicação, por economia de tempo e porque haverá outras mais habilitadas no presente congresso para nos ajudar na reflexão sobre o encontro destes diversos sistemas com as necessidades dos jovens.

Recorremos à figura inspiradora de Donald Winnicott, o que nos parece bem apropriado num congresso que homenageia João dos Santos, dado tratar-se de um incontornável e mundialmente reconhecido psicanalista da infância, e que importa recuperar, até pela importância do seu pensamento e sensibilidade para o actual movimento relacional na psicanálise contemporânea.

Numa breve pincelada, não para fechar a questão mas para abri-la à reflexão, recordo que ao falar-nos sobre a criança, a família e o mundo, Winnicott evidenciou a importância da mãe e do adulto para o desenvolvimento infantil. A mãe “suficientemente boa”, capaz de cuidar e de “suster” o bebé e de lhe fornecer experiências seguras e uma presença estável potenciadora de um sentido de continuidade e previsibilidade relacional e experiencial. Uma relação de presença, uma relação de enlace afectivo e uma relação também do brincar, espaço de articulação da experiência, e espaço potencial de criatividade e da simbolização. E, sublinha Winnicott, a importância que o espaço relacional com a criança se constitua de forma a que ela possa *experimentar a sua intensa vida emocional e pulsional*, em particular,

experienciar a sua agressividade, sem correr o perigo de destruir ou causar dano à mãe (a criança precisa, então, que o adulto não se deixe destruir, que seja forte e são e que sobreviva aos seus movimentos agressivos, necessários que são à expressão infantil), nem ser pela mãe destruída ou ameaçada na sua subjectividade (a criança precisa então, que o adulto sustenha o movimento e não retalie). Se o poder da agressão não é sustido então uma pequena mancha escura pode formar-se sobre o “verdadeiro self” da criança, e se a mancha aumentar, a criança terá de o proteger defensivamente sob a capa isoladora de um “falso self”. Enquanto ainda tiver esperança, procurará afirmá-lo, ao verdadeiro self, com protesto, zanga ou desespero, normalmente em crescendo, mesmo até à violência, se não for bem interpretada e sustida pelo adulto e pelo meio envolvente, nos seus movimentos pulsionais e relacionais infantis e juvenis.

Ao adulto, portanto, é pedido, em primeiro lugar, que “sobreviva”. Que sobreviva à força expressiva da criança e que não retalie de forma ameaçadora e inibidora (por exemplo, com movimentos de educação e disciplina precoces), e menos ainda que o faça retirando-se ou esvaziando-se da relação, mas sim que responda de forma acolhedora e firme, com compreensão das necessidades da criança e do seu desenvolvimento. Só a agressividade vivida na relação pode aprender a ser modelada.

Falamos aqui de agressividade, que Winnicott também enfatizou, por ser uma das mais necessárias e perturbadoras dimensões da expressão infantil, mas poderíamos igualmente referir as dificuldades colocadas pela sexualidade infantil, pelos medos infantis, pelas fortes angústias, pelas tristezas profundas, pelas questões difíceis sobre o mundo e a vida e sobre os pais, pelas birras, irrequietudes e sujidades e, também, pelas intensas alegrias, pelas expressivas ternuras, pelas várias expressões da grandiosidade infantil, etc.. Dimensões que o adulto, consoante as suas próprias “questões” e personalidade, tem tantas vezes dificuldade em compreender, aceitar e ajudar a regular, sem controlar, educar, disciplinar, domesticar, etc. - comumente antes do tempo e sempre com muito pouco tempo.

Ora, na passagem da família para o mundo exterior, o adulto outro seria tão mais importante quanto, na família, tivessem faltado as experiências necessárias ao desenvolvimento. As características da “mãe suficientemente boa” preconizada por Winnicott (ou, acrescentaríamos, as características do *pai suficientemente presente*) serão então, também, atributos essenciais do adulto outro com quem a criança se cruza e estabelece uma ligação, no contexto do mundo exterior, e que possa constituir-se como um “ego auxiliar”, mais do que como um “super-ego” restritivo ou punitivo, ou, pior, ausente ou indiferente.

Diz-nos Winnicott, por exemplo, em relação à tendência anti-social ou delinquente: “O delinquente é um menino ou uma menina que não se curou. Há lógica na atitude do implícita do delinquente de que «o meio ambiente deve-me algo»” pois a manifestação anti-social é, antes de mais, o efeito de uma falha relacional, ambiental, perante a qual a criança se sente

credora e injustiçada. A tendência anti-social, diz Winnicott, “é uma manifestação de esperança de que o ambiente [o adulto] note a falha e a corrija”. No fundo, da “esperança de que alguém ouça e veja que houve um tempo perdido em que para tudo havia esperança” (A. Newman).

Estamos, então, perante uma questão fundamental: e estamos nós disponíveis e podemos e sabemos fazê-lo? Não somos (quando não somos) pais dessas crianças, não fomos nós que falhámos na provisão dos cuidados primários, não temos condições nem muito tempo para isso... A questão talvez não seja sermos ou não pais dessas crianças, mas sim sermos os professores, os educadores, os psicólogos, os adultos que somos e de que elas precisam, *hoje*.

Uma *última nota*: o mundo oferece muito e exige muito, hoje, a crianças e adultos. Não é fácil ser criança, não é fácil ser adolescente e não é fácil ser adulto. Mas serão *os adultos capazes de o ser* que poderão assumir a responsabilidade de oferecer às crianças e aos adolescentes a possibilidade e a descoberta de o serem e de o viverem a seu tempo, com tempo.

A criança poderá, então, usar o adulto como facilitador e referência para o seu próprio desenvolvimento, e *aprender a regular a sua vida emocional e a articular a sua experiência com o mundo*. Se nós, adultos, estivermos disponíveis para ser adultos e para a nossa maior responsabilidade, só podemos ter uma certeza, “vamos falhar, falhar e falhar”, como diria Winnicott, falhar muitas vezes como qualquer boa mãe e bom pai, e a criança vai-nos mostrar isso, inapelavelmente. Mas se o pudermos suportar, ou sustentar, será sinal que estamos lá, para melhor continuar a tentar.

Conclusão - E a cabeça?

Voltando ao paciente inicial, ao pai-sem-cabeça: enquanto se senta, e perante o seu transtorno, procuro instintivamente a sua cabeça perdida, pelos cantos do consultório, e olho até pela janela à espera de a ver entrar a voar e de a recuperar para lha entregar...

Ouçõ pigarrear e foco no meu paciente já sentado, que me traz à realidade. Sento-me também e vejo que tem uma cabeça no lugar. Fico aliviado. Mas ele insiste, aflito: “Perdi a cabeça, o que faço?”

Não cedo ao alívio falso, nem à tentação de lhe dizer que ele tem a cabeça no sítio, pois ele sabe e sente que a perdeu. Não tenho também, para ser honesto, nenhuma outra cabeça que ele possa usar como sua.

Digo, então: “Se perdeu a cabeça, só podemos fazer uma coisa... Irmos à procura dela”.

Quando alguém perde a cabeça,
 mais do que retaliar
 (ou andar por aí, assim, sem-cabeça)

pode procurar encontrá-la.

Tavira, 31 de Maio de 2013

REFERENCIAS

Newman, Alexander (1995). *As Ideias de D.W. Winnicott: Um Guia*. Rio de Janeiro, Imago, 2003.

Winnicott, Donald (1964). *Child, The Family and the Outside World*. Penguin, Harmondsworth.

Winnicott, Donald (1984). *Deprivation and Delinquency* (ed. Clare Winnicott, Ray Shepherd, Madeleine Davis). London, New York: Tavistock Publications in association with Methuen.

Original recibido con fecha: 10-2-2014 Revisado: 2-6-2014 Aceptado para publicación: 28-6-2014

NOTAS

¹ Comunicação realizada no Congresso “Saúde Mental, Desenvolvimento e Educação», Tavira, Algarve, APPSI e IARPP Portugal, em 31 de Maio 2013.

² Psicoterapeuta psicanalítico, com consultório particular em Lisboa e Cascais. Membro associado e da Direcção da APPSI, membro fundador e da Direcção da IARPP Portugal. Fez parte da Direcção do Programa EQUAL em Portugal, dedicado à inovação social. É orientador do seminário “Para Além de Freud” na APPSI, dirigido pelo Prof. Doutor Frederico Pereira.

³ IARPP Portugal – The International Association for Relational Psychoanalysis and Psychotherapy, Portuguese Chapter; APPSI – Associação Portuguesa de Psicoterapia Psicanalítica.